

# LTCAT

## LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

### FG COMERCIAL

Em atendimento Art. 58 da Lei 8.213 / 91

## **ASPECTOS LEGAIS:**

O LTCAT é um documento que visa caracterizar (ou não) a existência de agentes nocivos à saúde do trabalhador, para fins de obtenção de aposentadoria especial, conforme Art. 58 da Lei 8.213 / 91.

Esse documento é estabelecido e adotado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), é de suma importância para as empresas que seguem o regime da CLT e visa, sobretudo, registrar os agentes nocivos à saúde ou à integridade física dos trabalhadores. O objetivo do LTCAT é fornecer o reconhecimento, avaliação e o controle dos riscos ambientais das atividades realizadas na empresa pelos trabalhadores, para fins de aposentadoria especial futura.

O LTCAT é, portanto, laudo técnico que comprova a exposição aos agentes ambientais nocivos à saúde ou à integridade física do trabalhador. Interessante frisar, ainda, que o LTCAT é assunto da legislação previdenciária (instruções e normativas do INSS) e não do Ministério do Trabalho e Emprego, e deve ser atualizado anualmente, ou sempre que houver modificações de processos de trabalho, construções ou reformas nas instalações.

## **RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO**

Paulo Sérgio Pires Leandro  
Engenheiro de Segurança do Trabalho  
Registro: CREA/MG: 213767D

## INDICE

ASPECTOS LEGAIS.....	02
1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA.....	04
2. DEFINIÇÃO.....	05
2.1 CONCEITOS.....	05
3. OBJETIVOS.....	09
4. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	09
5. PARA A ELABORAÇÃO E EMISSÃO DO LTCAT.....	13
5.1. EFETIVIDADE, NOCIVIDADE E PERMANÊNCIAS.....	13
5.2. PERMANÊNCIA.....	13
5.3. AVALIAÇÕES DOS AGENTES AMBIENTAIS.....	13
5.4. METODOLOGIA.....	14
5.5. TEMPORALIDADE.....	14
5.6. TIPOLOGIA.....	15
5.7. ATUALIZAÇÃO E VALIDADE DO LTCAT.....	15
6. METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO.....	16
6.1. OUTRAS METODOLOGIAS EMPREGADAS.....	16
7. INSTRUMENTOS UTILIZADOS.....	16
8. CÓDIGOS USADOS NA CONCLUSÃO PARA CONTROLE DO ÓRGÃO.....	17
9. PLANILHA RECONHECIMENTO E AVALIAÇÕES DOS RISCOS.....	18
<b>PLANILHA DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS (FISCOS / QUIMICOS / BIOLOGICOS)</b>	
FARMACEUTICA / R. TECNICA.....	18
AUXILIAR ADMINISTRATIVO.....	19
SOCIO / GERENTE.....	20
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
11. RESPONSÁVEL.....	22

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

CONTRATANTE	
<b>RAZÃO SOCIAL:</b>	FIGUEROA GOMES COMERCIAL LTDA
<b>NOME DE FANTASIA:</b>	FG COMERCIAL
<b>CNPJ:</b>	45.685.588/0001-00
<b>ENDEREÇO:</b>	AVENIDA CAMILO TEIXEIRA DA COSTA, N° 322; BAIRRO: NOVO CENTRO; CEP: 33.031-280
<b>CIDADE / UF:</b>	SANTA LUZIA / MG
<b>EMAIL:</b>	f.gcomercial@hotmail.com
<b>CNAE/DESCRIÇÃO:</b>	46.44-3-01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO
<b>GRAU DE RISCO:</b>	02 (DOIS)
<b>TELEFONE:</b>	(31) 98746-1052 / 99875-0159
<b>NÚMERO FUNCIONÁRIOS:</b>	04 (QUATRO)
<b>INSCRIÇÃO MUNICIPAL:</b>	42955810096
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO	
<b>NOME:</b>	PAULO SERGIO PIRES LEANDRO
<b>REGISTRO:</b>	ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO - CREA/MG: 213767D
DATA DE VALIDADE DO LTCAT	
17 DE MARÇO DE 2025 A 17 DE MARÇO DE 2027	

## 2. DEFINIÇÃO

Este laudo objetiva avaliar as atividades exercidas pelos trabalhadores no exercício de suas funções e/ou atividades, determinando se os mesmos estarão expostos a agentes nocivos, com potencialidade de causar danos à saúde sua integridade física. A caracterização da exposição foi realizada em conformidade com os parâmetros estabelecidos na legislação trabalhista vigente (Normas Regulamentadoras – NR, da Portaria n. 3.214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego), tendo sido realizada inspeção nos locais de trabalho do empregado também considerando os dados constantes nos diversos documentos apresentados pela empresa.

### **Grupo de risco correspondente ou Grupo Homogêneo de Exposição:**

Corresponde a um grupo de trabalhadores que experimentam exposição semelhante, de forma que o resultado fornecido pela avaliação da exposição de qualquer trabalhador do grupo seja representativo da exposição do restante dos trabalhadores do mesmo grupo.

### 2.1 CONCEITOS

#### **TABELA IV - LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS:**

<b>EPI</b>	Equipamento de Proteção Individual
<b>EPC</b>	Equipamento de Proteção Coletiva
<b>FISPQ</b>	Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos
<b>PPRA</b>	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
<b>PPR</b>	Programa de Proteção Respiratória
<b>PCMSO</b>	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
<b>NT</b>	Nota Técnica
<b>CBM</b>	Corpo de Bombeiros Militar
<b>NR</b>	Norma Regulamentadora
<b>PPP</b>	Perfil Profissiográfico Previdenciário
<b>L.T.</b>	Limite de Tolerância
<b>LTCAT</b>	Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho
<b>GFIP</b>	Guia de recolhimento do fundo de garantia por tempo de serviço e informações à previdência social.

## **Exposição ocupacional**

Situação onde um ou mais trabalhadores podem interagir com agentes ou fatores de risco no ambiente de trabalho.

## **Grupo homogêneo de exposição (GHE)**

Grupo de trabalhadores que experimentam situações de exposição semelhantes de forma que o resultado fornecido pela avaliação da posição de qualquer trabalhador desse grupo seja representativo da exposição dos demais trabalhadores.

## **Local de trabalho**

Corresponde à área onde o trabalhador desenvolve suas atividades

## **Registro de campo**

É o registro de todos os dados ou ocorrências observadas durante a avaliação do ambiente de trabalho.

## **Riscos ocupacionais**

É a possibilidade de um trabalhador sofrer um determinado dano à saúde em virtude das condições de trabalho.

## **Limite de exposição (LE)**

Parâmetro de exposição ocupacional que representa condições sob as quais acredita-se que a maioria dos trabalhadores possa estar exposta, repetidamente, sem sofrer efeitos adversos à sua capacidade de ouvir e entender uma conversação normal.

### **Previdência Social:**

Previdência social é a seguradora do trabalhador brasileiro garantindo reposição de renda para seu sustento e de sua família, no caso de idade avançada ou incapacidade para o trabalho em decorrência de doença, invalidez, maternidade, acidente ou morte.

### **Aposentadoria Especial:**

A "aposentadoria especial" é diferenciada da "aposentadoria normal" em função das condições ambientais em que o trabalho é executado, provocando com isso prejuízo à saúde ou integridade física do segurado. A aposentadoria normal é aquela em que o segurado precisa trabalhar 35 anos (homem), 30 anos (mulher) para adquiri-la, e a especial é concedida em três

situações distintas, que são as de 15 anos, 20 anos e 25 anos de trabalho. Aposentadoria especial – requisitos o segurado deverá comprovar, além do tempo de trabalho, a exposição permanente aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais a saúde ou integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício.

**GFIP- (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)** - Documento que as empresas utilizam para recolher o FGTS e prestar informações à Previdência Social. Ela contém inúmeras informações, porém duas assumem relevo no tocante aos riscos ocupacionais, estando contidas nos campos “movimentação” e “ocorrência”. A GFIP é documento público de natureza tributária, portanto traz em si todos os sucedâneos jurídicos coercitivos – administrativos, cíveis, trabalhistas, previdenciários e penais – de forma a assegurar direitos aos trabalhadores e garantir aporte financeiro ao INSS.

**Movimentação** – Através de códigos, indica tipos de afastamentos diversos com seus respectivos retornos.

**Ocorrência** – Através de códigos indica se há exposição a agentes nocivos de modo permanente e, concomitantemente, calcula (ou não) alíquotas diferenciadas sobre a remuneração de cada trabalhador, conforme a exposição esteja sujeita (ou não) à aposentadoria especial aos 15, 20 ou 25 anos.

### **PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário**

Constitui-se em um documento histórico-laboral do trabalhador, que reúne entre outras, informações dados administrativos, registros ambientais e resultados de monitoração biológica, durante todo o período em que este exerceu suas atividades na respectiva empresa. Tendo sua elaboração obrigatória a partir de 01.01.2004 (data fixada pela IN INSS/DC 96/2003), o PPP tem por objetivo primordial fornecer informações para o trabalhador quanto às condições ambientais de trabalho, principalmente no requerimento de aposentadoria especial.

**O PPP tem como finalidade:**

Comprovar as condições para habilitação de benefícios e serviços previdenciários, em particular, o benefício de aposentadoria especial.

Prover o trabalhador de meios de prova produzidos pelo empregador perante a Previdência Social, a outros órgãos públicos e aos sindicatos, de forma a garantir todo direito decorrente da relação de trabalho, seja ele individual, ou difuso e coletivo;

Prover a empresa de meios de prova produzidos em tempo real, de modo a organizar e a individualizar as informações contidas em seus diversos setores ao longo dos anos, possibilitando que a empresa evite ações judiciais indevidas relativas a seus trabalhadores. Em decorrência da IN INSS 118/2005, a partir de 1º de janeiro de 2004, a empresa ou equiparada à empresa ficou obrigada a elaborar o PPP, conforme anexo XV da referida Instrução, de forma individualizada para seus empregados, trabalhadores avulsos e cooperados.

A exigência abrange aqueles que laborem expostos a agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, considerados para fins de concessão de aposentadoria especial, ainda que não presentes os requisitos para a concessão desse benefício, seja pela eficácia dos equipamentos de proteção, coletivos ou individuais, seja por não se caracterizar a permanência.

**O PPP deverá ser emitido com base nas demonstrações ambientais, exigindo, como base de dados:**

- a) Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR;
- b) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;
- c) Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT;
- d) Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT.

### 3. OBJETIVOS

Apresentar os levantamentos técnicos periciais (qualitativos e/ou quantitativos) nos ambientes de trabalho. Identificar a exposição aos agentes físicos, químicos e biológicos prejudiciais à saúde ou à integridade física do (s) trabalhadores, no âmbito da empresa, para fins da verificação do enquadramento das condições que geram o direito da concessão à aposentadoria especial.

O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT tem como objetivo fundamentar tecnicamente o preenchimento dos formulários de reconhecimento de períodos laborados em condições especiais, denominado PPP– Perfil Profissiográfico Previdenciário (§1º do artigo 58 da Lei nº 8.213/1991 e §2º e §7º do artigo 68 do Decreto nº 3.048/1999), além de subsidiar o enquadramento das atividades laborais, no que se refere ao recolhimento das denominadas Alíquotas Suplementares do Seguro de Acidentes do Trabalho (SAT) criadas pelo texto da Lei nº 9.732 de 11.12.98. Este laudo atende também às exigências contidas na Instrução Normativa IN INSS/DC nº 99 de 05.12.2003 e outras publicadas posteriormente.

Com o objetivo de facilitar a aplicação dos conceitos para elaboração desse laudo no que tange às diferentes atividades existentes nos diferentes ambientes avaliados, os levantamentos e conclusão serão realizados por ambiente/atividade que poderão conter um único cargo ou mais de um, dentro de um mesmo grupo de risco. Assim sendo, fica como responsabilidade da unidade administrativa do órgão relacionar os servidores inseridos dentro dos ambientes e atividades relacionados.

### 4. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A aposentadoria especial, instituída pela Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, tem característica preventiva e compensatória, vez que busca diminuir o tempo de trabalho do segurado que, sujeito a condições especiais, exerce ou exerceu atividades que, pela sua natureza, pode causar danos à saúde ou à integridade física. Para a concessão do benefício o segurado deverá comprovar a efetiva exposição aos agentes nocivos (Físicos, Químicos e Biológicos), mediante formulário padrão estabelecidos pelo INSS. Baseado nas informações contidas no **LTCAT** (Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho) expedido **por Médico do trabalho ou Engenheiro de segurança do trabalho**.

O Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT está previsto na legislação brasileira a partir da Medida Provisória nº 1.523 de 1996, que se transformou na Lei nº 9.528 de 1997 e modificou a Lei nº 8.213 de 1991 que trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social, no seu Artigo 58, Art. 68 do Decreto nº 3.048/1999 com alterações posteriores.

**Fundamentação Legal:** Lei nº 8.213/1991 com alterações posteriores e Decreto nº 3.048 com alterações posteriores.

### **OBSERVAÇÕES:**

**-Até 28/04/1995** – Exigência legal do LTCAT somente para o agente ruído;

**-29/04/1995 a 13/10/1996** – LTCAT ou demais demonstrações ambientais para o agente físico ruído;

**-14/10/1996 a 31/12/2003** - LTCAT ou demais demonstrações ambientais para qualquer que seja o agente nocivo.

### **Seguro Acidente do Trabalho (SAT)**

O Texto Constitucional, ao tratar do tema, garantiu aos trabalhadores a concessão de um seguro contra acidentes do trabalho, custeado pelos empregados (art. 7º, XXVIII, CF/88), sem prejuízo de eventual indenização por dolo ou culpa no evento. Regulado inicialmente pela Lei no 7.787/89, com uma alíquota fixa de 2% sobre a folha de pagamento e a previsão de um adicional (entre 0,9 a 1,8%) para empresas com índice de infortúnios maior que a média do próprio setor. Posteriormente, a lei 8.212/91 estabeleceu a contribuição ao Seguro Acidente do Trabalho (SAT) com alíquotas variáveis entre 1% e 3%, conforme a classificação da atividade econômica preponderante da empresa e seu grau de risco (leve, médio, grave): "Art. 22 - (...) II - para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, sobre o total das remunerações pagas ou

creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos: a) 1% (um por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante o risco de acidentes do trabalho seja considerado leve; b) 2% (dois por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado médio; c) 3% (três por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado grave. (...) § 3o - O Ministério do Trabalho e da Previdência Social poderá alterar, com base nas estatísticas de acidentes do trabalho, apuradas em inspeção, o enquadramento de empresas para efeito da contribuição a que se refere o inciso II deste artigo, a fim de estimular investimentos em prevenção de acidentes.

Após inúmeros julgados nesse sentido (v.g. AgRg no REsp n.º 479.088/SC, DJU de 13.09.04; REsp n.º 412.343/RS, DJU de 06.09.04; EREsp nº 478.100-RS, DJ 28/02/2005, p.182; EREsp nº 476.885-SC, DJ 14/11/2005, p.178). “A alíquota de contribuição para o Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) é aferida pelo grau de risco desenvolvido em cada empresa, individualizada pelo seu CNPJ, ou pelo grau de risco da atividade preponderante quando houver apenas um registro.” (Primeira Seção STJ, em 11 de junho de 2008, Súmula nº 351).

#### **Adicional SAT/RAT. Custeio da aposentadoria especial.**

A legislação prevê o denominado adicional do SAT, este cobrado das empresas que possuem empregados expostos a agentes de risco, sujeitos à aposentadoria especial, nos termos das alterações trazidas pela Lei 9.732/98 às Leis 8212/91 e 8213/91 (RAT): Lei 8.212/91: Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23: II - para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos. Com efeito, a IN MPS/SRP nº 19 de 26 de dezembro de 2006, que estabelece as normas de cumprimento das obrigações acessórias e dos recolhimentos das contribuições relacionadas à previdência social, determina que devem ser apresentadas declarações individualizadas para cada estabelecimento, individualizado por CNPJ, ambientais do trabalho, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos: (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 11.12.98) (...) Lei 8.213/91 “Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a

condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995) (...) § 3º. A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social–INSS, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995) (...) § 6º. O benefício previsto neste artigo será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente. (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 11.12.98) § 7º.

O acréscimo de que trata o parágrafo anterior incide exclusivamente sobre a remuneração do segurado sujeito às condições especiais referidas no caput. (Incluído pela Lei nº 9.732, de 11.12.98). “Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997) § 1º

A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho nos termos da legislação trabalhista. (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 11.12.98) § 2º Do laudo técnico referido no parágrafo anterior deverão constar informação sobre a existência de tecnologia de proteção coletiva ou individual que diminua a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância e recomendação sobre a sua adoção pelo estabelecimento respectivo. (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 11.12.98).

## **5 . PARA ELABORAÇÃO E EMISSÃO DO LTCAT:**

### **5.1. Efetividade, Nocividade e Permanências:**

- **Efetiva Exposição:** Exposição aos riscos ocupacionais ou agentes ambientais no ambiente de trabalho, caracterizando a efetiva exposição aos agentes nocivos das atividades exercidas em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física do trabalhador.
- **Nocividade:** Situação combinada ou não de substância, energias e demais fatores de riscos reconhecidos no ambiente de trabalho, capazes de trazer ou ocasionar danos à saúde ou à integridade física do trabalhador, previstos nos diversos anexos dos decretos previdenciários.

**5.2 . Permanência:** Trabalho não ocasional nem intermitente, na qual a exposição do trabalhador/ servidor ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação de serviços.

### **5.3 . Avaliações dos Agentes Ambientais:**

As condições especiais que prejudicam a saúde ou integridade física conforme definido no **Anexo IV do Decreto nº 3.048/1999**, com exposição a agentes nocivos em concentração ou intensidade e tempo de exposição que ultrapassa os limites de tolerância ou que, dependendo do agente, torne a simples exposição em condições especial prejudicial à saúde.

**Art. 277 (IN 77/2015):** São consideradas condições especiais que prejudicam a saúde ou a integridade física, conforme definido no **Anexo IV do RPS\_(Decreto 3.048/1999)**, a exposição a agentes nocivos químicos, físicos, biológicos em concentração ou intensidade e tempo de exposição que ultrapasse os limites de tolerância estabelecida segundo critérios quantitativos, ou que, dependendo do agente, torne a simples exposição em condição especial prejudicial à saúde, segundo critérios de avaliação qualitativa.

- **Riscos Físicos** – Diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruídos, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas (calor, frio), umidade, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, bem como o infrassom e o ultrassom.

- **Riscos Químicos** – Substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de os manifestados por: névoas, neblinas, poeiras, fumos, gases, vapores de substâncias nocivas presentes no ambiente de trabalho, absorvidos pela via respiratória, bem como aqueles que forem passíveis de absorção por meio de outras vias.
- **Riscos Biológicos** – Bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros, geneticamente modificados ou não, as culturas de células, os parasitas, as toxinas e os príons.
- **Associação de agentes:** Exposição aos agentes combinados, exclusivamente nas atividades especificadas no **Anexo IV do Decreto 3.048/1999**.

O objeto de análise no presente laudo, são aqueles constantes dos decretos regulamentadores da legislação previdenciária especial, **Anexo IV do Dec. 3.048/1999 e posteriores alterações**.

- **Avaliação Qualitativa:** Quando a nocividade ocorrer pela simples presença do agente no ambiente de trabalho, descrito no **Anexo XIII; XIV- NR-15 do MTE**.
- **Avaliação Quantitativa:** Será baseada na nocividade que ocorre pela ultrapassagem dos limites de tolerância ou doses previstas no **Anexo IV do Decreto nº 3.048/1999 e nos Anexos I, II, III, V, VIII, XI e XII da NR-15 do MTE**.

#### **5.4. Metodologia:**

- **Até 18/11/2003** – Normas Regulamentadoras – NR da Portaria nº 3.214/1978 do MTE.
- A partir de **19/11/2003** (data da publicação no D.O.U. do Decreto nº 4.882/2003) os procedimentos de levantamento ambiental devem estar de acordo com a metodologia das Normas de Higiene Ocupacional - **NHO da FUNDACENTRO**, observando-se os limites de tolerância estabelecidos na **NR-15 do MTE**.

#### **5.5. Temporalidade:**

**LTCAT contemporâneo:** Serão considerados contemporâneos quando o levantamento foi realizado durante o período em que o segurado trabalhou na empresa.

**LTCAT extemporâneo:** Serão considerados extemporâneos quando o levantamento for realizado em data anterior ou posterior ao período laborado. Este serão válido para a análise quando estiver expressamente indicado que não houve, entre o período trabalhado até a confecção do laudo, ou vice-versa.

## **5.6. Tipologia:**

**LTCAT individual:** Refere-se ao servidor requerente.

**LTCAT Coletivo:** Refere-se ao Órgão.

## **5.6 – Tecnologia de Proteção:**

A partir de 14/10/1996, necessidade de informação de EPC.

A partir de 03/12/1998, necessidade de informação de EPC e EPI.

## **5.7. Atualização e Validade do LTCAT:**

O § 3º do Art. 58 da lei nº 8213/91 com o texto dado pela Lei nº 9.528/97 determina:

“A empresa que não mantiver laudo técnico atualizado com referência aos agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho de seus trabalhadores ou que emitir documento de comprovação de efetiva exposição em desacordo com o respectivo laudo estará sujeita à penalidade prevista no art. 133 desta lei.” (MP 1523/96 reeditada até a MP nº 1523-13 de 23.10.97, republicado na MP nº 1596-14 de 10.11.97 e convertida na lei nº 9528 de 10.12.97).

## **Validade do LTCAT**

O LTCAT tem validade indefinida e temporal, ficando atualizado permanentemente, enquanto o ambiente de trabalho não sofrer alterações. O Art. 261, § 4º da **IN/PRES Nº 77, de 21/01/2015**, considera alterações no ambiente de trabalho entre outras, aquelas decorrentes de:

- I - Mudança do layout;
- II - Substituição de máquinas ou de equipamentos;
- III - Adoção ou alteração de tecnologia de proteção coletiva;
- IV - Alcance dos níveis de ação estabelecidos nos subitens do item 9.3.6 da NR-09, aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do MTE, se aplicável.

## **6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO:**

Para a realização deste documento, foi realizada visita técnica na dependência da empresa a fim de constatar quaisquer fatores ambientais capazes de denegrir a saúde dos funcionários. Para tal foram utilizados como parâmetros da NR 9 Portaria 3214/78 do MTE, considerando como Limite de Tolerância os ditados pela NR-15 e seus anexos; bem como os procedimentos técnicos de avaliação dos agentes nocivos estabelecidos pelas Normas de Higiene Ocupacional – NHO da FUNDACENTRO, ACGIH.

### **6.1. Outras metodologias empregadas:**

- ✓ Acompanhamento e observação das atividades;
- ✓ Análise das atividades em condições de risco e exposição a agentes agressivos;
- ✓ Entrevista com os trabalhadores;
- ✓ Visita aos locais das atividades exercidas;
- ✓ Análise e levantamento das condições de higiene e segurança do trabalho;
- ✓ Uso da legislação vigente e a portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho, considerando-se todas posteriores alterações até a presente data, para caracterização das condições ambientais.
- ✓ Análise qualitativa e quantitativa do local de trabalho;
- ✓ Aplicação das Normas Regulamentadoras - NR15 com o equipamento posicionado postos de trabalho e entre o trabalhador e fonte geradora.

## **7. INSTRUMENTOS UTILIZADOS:**

Não foram utilizados instrumentação de medição ambiental.

## 8. CÓDIGOS USADOS NA CONCLUSÃO PARA CONTROLE DO ÓRGÃO:

**TABELA I:**

<b>Código</b>	<b>Descrição</b>
7	Não tem exposição à agente nocivo
8	Tem exposição à agente nocivo

**TABELA II - Códigos para Exposição a Agentes Nocivos (GFIP para o PPP) - Para os trabalhadores com apenas um vínculo empregatício (ou uma fonte pagadora):**

<b>Código GFIP</b>	<b>Descrição</b>
(Em branco)	Sem exposição à agente nocivo. Trabalhador nunca esteve exposto
<b>01</b>	Não exposição à agente nocivo. Trabalhador já esteve exposto.
<b>02</b>	Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de trabalho)
<b>03</b>	Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de trabalho)
<b>04</b>	Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho)

**TABELA III - Códigos para Exposição a Agentes Nocivos (GFIP para o PPP) - Para os trabalhadores com mais de um vínculo empregatício (ou mais de uma fonte pagadora),**

<b>Código GFIP</b>	<b>Descrição</b>
(Em branco)	Sem exposição à agente nocivo. Trabalhador nunca esteve exposto
05	Sem exposição à agente nocivo. Trabalhador já esteve exposto.
06	Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de trabalho)
07	Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de trabalho)
08	Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho)

## 9. PLANILHA DE RECONHECIMENTO E AVALIAÇÕES DOS RISCOS AMBIENTAIS

PLANILHA RECONHECIMENTO E AVALIAÇÕES DOS RISCOS	
<b>Função:</b> FARMACEUTICA / R. TECNICA	<b>Funcionários:</b> 01
<b>Atividade:</b> Responsável pela distribuição de medicamentos farmacêutico, cumprir as normas e leis referentes a essa área de atuação, entre essas atividades encontra-se o monitoramento de temperatura e umidade, acompanhamento e fiscalização das condições de recebimento dos produtos para saúde, fiscalizações sanitárias e documentações.	
<b>Sector:</b> Galpão / Administrativo	<b>Ambiente:</b> Ambiente de Galpão, contendo produtos de distribuição de medicamentos farmacêutico. Pé direito aproximadamente 3,00 a 5,00 m.
<b>Jornada de Trabalho:</b> 08h as 12h e 13h48 as 17h48	<b>Cbo:</b> 2234-05
<b>Exposição aos riscos ambientais Físicos / Químicos / Biológicos:</b> Sem exposição aos riscos	
<b>CÓDIGOS USADOS NA CONCLUSÃO PARA CONTROLE DO ÓRGÃO:</b>	
<b>Código GFIP</b>	<b>Descrição</b>
7	Não tem exposição à agente nocivo
<b>TABELA II - Códigos para Exposição a Agentes Nocivos (GFIP para o PPP) - Para os trabalhadores com apenas um vínculo empregatício (ou uma fonte pagadora):</b>	
(Em branco)	Sem exposição à agente nocivo. Trabalhador nunca esteve exposto
<b>TABELA III - Códigos para Exposição a Agentes Nocivos (GFIP para o PPP) - Para os trabalhadores com mais de um vínculo empregatício (ou mais de uma fonte pagadora)</b>	
(Em branco)	Sem exposição à agente nocivo. Trabalhador nunca esteve exposto
<b>Caracterização / Conclusão</b>	
De acordo com a Legislação em vigor, norma regulamentadora NR 15 portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho. E análise realizada no local de trabalho as atividades executadas pela empresa não são consideradas como insalubres.	

**PLANILHA RECONHECIMENTO E AVALIAÇÕES DOS RISCOS**

**Função:** AUXILIAR ADMINISTRATIVO

**Funcionários:** 01

**Atividade:** Responsável pelo recebimento de mercadoria, venda e compra de material hospitalar, entrada e emissão de nota fiscal, arquivamento de documentos, processo licitatório

**Setor:** Galpão / Administrativo

**Ambiente:** Ambiente de Galpão, contendo produtos de distribuição de medicamentos farmacêutico. Pé direito aproximadamente 3,00 a 5,00 m.

**Jornada de Trabalho:** 08:00 as 12:00 e de 13:00 as 18:00

**Cbo:** 4110-05

**Exposição aos riscos ambientais Físicos / Químicos / Biológicos:**

Sem exposição aos riscos

**CÓDIGOS USADOS NA CONCLUSÃO PARA CONTROLE DO ÓRGÃO:**

Código GFIP	Descrição
7	Não tem exposição à agente nocivo

**TABELA II - Códigos para Exposição a Agentes Nocivos (GFIP para o PPP) - Para os trabalhadores com apenas um vínculo empregatício (ou uma fonte pagadora):**

(Em branco)	Sem exposição à agente nocivo. Trabalhador nunca esteve exposto
-------------	---

**TABELA III - Códigos para Exposição a Agentes Nocivos (GFIP para o PPP) - Para os trabalhadores com mais de um vínculo empregatício (ou mais de uma fonte pagadora)**

(Em branco)	Sem exposição à agente nocivo. Trabalhador nunca esteve exposto
-------------	---

**Caracterização / Conclusão**

De acordo com a Legislação em vigor, norma regulamentadora NR 15 portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho. E análise realizada no local de trabalho as atividades executadas pela empresa não são consideradas como insalubres.

**PLANILHA RECONHECIMENTO E AVALIAÇÕES DOS RISCOS**

**Função:** SOCIO / GERENTE

**Funcionários:** 02

**Atividade:** Responsável pelo recebimento de mercadoria, venda e compra de material hospitalar, entrada e emissão de nota fiscal, arquivamento de documentos, processo licitatório

**Setor:** Galpão / Administrativo

**Ambiente:** Ambiente de Galpão, contendo produtos de distribuição de medicamentos farmacêutico. Pé direito aproximadamente 3,00 a 5,00 m.

**Jornada de Trabalho:** 08:00 as 12:00 e de 13:00 as 18:00

**Cbo:** 4110-05

**Exposição aos riscos ambientais Físicos / Químicos / Biológicos:**

Sem exposição aos riscos

**CÓDIGOS USADOS NA CONCLUSÃO PARA CONTROLE DO ÓRGÃO:**

Código GFIP	Descrição
7	Não tem exposição à agente nocivo

**TABELA II - Códigos para Exposição a Agentes Nocivos (GFIP para o PPP) - Para os trabalhadores com apenas um vínculo empregatício (ou uma fonte pagadora):**

(Em branco)	Sem exposição à agente nocivo. Trabalhador nunca esteve exposto
-------------	---

**TABELA III - Códigos para Exposição a Agentes Nocivos (GFIP para o PPP) - Para os trabalhadores com mais de um vínculo empregatício (ou mais de uma fonte pagadora)**

(Em branco)	Sem exposição à agente nocivo. Trabalhador nunca esteve exposto
-------------	---

**Caracterização / Conclusão**

De acordo com a Legislação em vigor, norma regulamentadora NR 15 portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho. E análise realizada no local de trabalho as atividades executadas pela empresa não são consideradas como insalubres.

## **10. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A empresa deverá manter o documento de forma a construir um histórico técnico e administrativo do desenvolvimento de prevenção dos riscos ambientais.

Este Programa permanecerá válido enquanto forem mantidas as condições existentes, quaisquer alterações que venham a ocorrer nas atividades, planta física e equipamentos da empresa, serão exigidas novas análises. Coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

### **10.1. CONCLUSÃO**

Os agentes físicos, químicos e biológicos foram avaliados de forma Qualitativa no ambiente de trabalho, de acordo com a NR-15 portaria 3214/78 do Ministerio do trabalho. Conforme norma regulamentadora não foram constatada nenhuma exposição insalubre a agentes nocivos citados na dependência da empresa, ou atividades que venha a prejudicar a saúde e a integridade física dos colaboradores. Indicando que as atividades executadas não são insalubres.

## **11. RESPONSÁVEL**

### **RESPONSÁVEL PELO COMPRIMENTO DO PROGRAMA**

---

**Mirian Margaret Gomes Fonseca**

### **RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA**

---

**Paulo Sérgio Pires Leandro**  
Engenheiro de Segurança do Trabalho  
Registro: CREA/MG: 213767D